

TCU discute a nova matriz energética brasileira

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou debate sobre o fornecimento de energia no País. Além de avaliar as fontes disponíveis, o encontro permitiu a discussão sobre oferta e demanda de insumos como petróleo, infra-estrutura para a área e abordagem de perspectivas para a composição da matriz energética brasileira.

O evento ocorreu nos dias 11 e 12 de novembro de 2008 na sede do TCU em Brasília. Durante esses dois dias, foram abordados temas como energia nuclear e meio ambiente, produção de biocombustíveis, com destaque para o etanol, e avaliação dos riscos de desabastecimento de energia elétrica. Os participantes discutiram, também, a quantificação do estoque de recursos naturais que está sendo empregada na obtenção do presente nível de oferta global de energia.

Participaram do encontro, os ministros de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, parlamentares, instituições que atuam no setor, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e pesquisadores da área.

Além de facilitar o alcance de soluções, o encontro pretende reforçar o diálogo do TCU com a sociedade. No exercício de 2007, o Tribunal fiscalizou mais de 70% dos recursos orçamentários destinados ao setor de energia. Somente os projetos especiais alocados para área de petróleo totalizaram mais de R\$ 13 bilhões. E no exercício de 2008, foram realizadas 28 fiscalizações na subfunção orçamentária “energia”, totalizando um volume de recursos da ordem de R\$ 19,3 bilhões, com R\$ 1,8 bilhão destinados ao setor elétrico e R\$ 17 bilhões para a subfunção “petróleo”.

Seminário discute melhorias do controle da dengue em todo País

Ao abrir o seminário Combate à dengue: descentralização, responsabilidade e controle, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, destacou que o encontro pretende fomentar o debate acerca da política adotada pelos gestores federais, estaduais e municipais no controle da dengue, um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Segundo ele, trata-se de uma dificuldade que tem de ser enfrentada por todo País, em todos os níveis de governo e por todos os segmentos da população. “Entende-se que uma sistemática de fiscalização eficaz do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) só poderá ser obtida com a convergência de esforços de todos os órgãos, instituições e organizações responsáveis, em alguma medida, pelo controle da gestão pública”, observou.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 80 milhões de pessoas se infectem anualmente, em 100 países, de todos os continentes, exceto a Europa. Segundo a OMS, o Brasil respondeu por quase dois terços dos casos de dengue nas Américas em 2007. Campelo lembrou que, em razão do aumento de casos no País, o orçamento público vem recebendo incremento anual com o objetivo de reduzir o número de ocorrências. Com um adicional orçamentário de R\$ 128 milhões no Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS), o governo federal soma R\$ 740,2 milhões aplicados no combate à dengue este ano, valor 30% maior que o aplicado em 2007.



Segundo o Ministro, em virtude dos números apontados e da expansão da dengue no Brasil, o TCU realizou, em 2007, auditoria para avaliar o desempenho do Programa Nacional de Controle da Dengue em vários entes da federação. Foram verificadas falhas e inconsistências no controle da propagação da dengue. Por isso, o Tribunal formulou determinações e recomendações visando à correção dos problemas e ao aperfeiçoamento dos procedimentos, com destaque para as providências reclamadas em torno das constatações envolvendo a inefetividade das campanhas educacionais de mobilização social.

Campelo destacou que as determinações e recomendações do TCU pautaram-se basicamente na correção dos problemas da espécie e no aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais afetos ao PNCD. O Ministro ressaltou que, no Mato Grosso do Sul, houve notável evolução no combate à dengue, em decorrência das determinações e recomendações do TCU. “Não tenho dúvidas de que o quadro de absoluta inversão verificado nessas localidades, de uma situação de epidemia de proporções gigantescas para um controle eficaz da propagação da doença, teve importante contribuição dos trabalhos desta Casa, haja vista a correspondência verificada entre o alto grau de implementação das recomendações dirigidas e a melhoria considerável em todos os índices que medem a propagação da doença”, ressaltou.

Acrescentou, entretanto, que o combate à dengue é uma tarefa de natureza permanente, que deve ser objeto de constante atenção de todos os agentes envolvidos e gestores responsáveis pelas políticas públicas destinadas ao controle do mosquito e ao combate dos focos de infestação.

Para ele, o debate contribuirá para a compreensão das possibilidades de ampliação e de atuação do controle, por meio de parcerias com os demais órgãos da rede de fiscalização e da adoção de novos paradigmas, a fim de garantir resultados mais efetivos. Isso porque a convergência de esforços

de todos os órgãos, instituições e organizações responsáveis pela fiscalização, nos três níveis de governo, permitirá o alcance de resultados mais positivos no cumprimento das metas pactuadas entre as três esferas de gestão do SUS. Devem ser desenvolvidos mecanismos e estratégias que exijam uma resposta rápida dos sistemas de combate à dengue, assim como uma co-responsabilização de todos os profissionais envolvidos na execução e fiscalização do programa.

Segundo Campelo, o Seminário pode ser considerado um movimento de mobilização dos controles da administração pública em defesa do direito à saúde conferido pela Constituição Federal, além de ser um ponto de partida para outras discussões acerca do controle dos recursos públicos aplicados na saúde.

Ele lembrou que o PNCD segue o mesmo modelo de transferência da grande maioria dos recursos repassados fundo a fundo a estados e municípios, em que predomina a inexistência de medidas legais ou administrativas eficazes e efetivas contra o descumprimento, por parte do gestor municipal ou estadual do SUS, de obrigações pactuadas com o governo federal. Nesse contexto, a única punição possível atualmente, frente ao não-cumprimento dos objetivos propostos, é a suspensão dos repasses financeiros. “Obviamente, tal providência penaliza tão somente a população beneficiária do programa governamental”, lamentou.

Espera-se que tenham sido consideradas e debatidas importantes variáveis para o aprimoramento e controle do programa governamental em questão, de forma a reorientar não apenas as ações dos gestores, mas especialmente os procedimentos e estratégias de controle estatal, a fim de conferir maior efetividade às ações de combate à dengue. “Aguarda-se também a formulação de propostas consistentes, capazes de propiciar o aumento na efetividade dos controles da administração pública, objetivando melhorar e aperfeiçoar os efeitos das ações governamentais de combate às endemias”, finalizou.